## PROJETO DE RESOLUÇÃO N°, DE 2011

(Do Sr. CLEBER VERDE)

Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Chipre.

## A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º É criado, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Chipre.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar Brasil-Chipre será composto pelos membros do Congresso Nacional que a ele aderirem.

Art. 2º O Grupo Parlamentar Brasil—Chipre reger-se-á por estatuto próprio, a ser aprovado em sua primeira Assembleia Geral Ordinária, cujas disposições deverão respeitar as prescrições legais e regimentais vigentes.

Art. 3º O Grupo Parlamentar Brasil—Chipre atuará sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Os grupos parlamentares, pela sua própria natureza e modo de funcionamento, têm, reiteradamente, demonstrado potencial positivo para a construção de canais colaterais de intercâmbio entre culturas diversas, muito úteis para incentivar e desenvolver a cooperação e o entendimento interparlamentares, mecanismos que, frequentemente, complementam, de forma alvissareira, as relações bilaterais formais protagonizadas pelos governos.

O intercâmbio comercial entre nosso país e Chipre tem crescido exponencialmente desde 2003, então em patamar inferior a US\$ 50.000, para um volume de mais de US\$200.000, em 2007(ou seja, um crescimento aproximado de 400 por cento), tanto no que se refere a exportações, quanto às importações.

A República do Chipre é uma ilha de 9.251 km², localizada ao leste do Mar Mediterrâneo, cujos vestígios de presença humana remontam há dez mil anos. Tem, hoje, uma população estimada em 1.120. 490 habitantes e uma densidade populacional aproximada de 121,12 habitantes por km². O produto interno bruto per

capita, da República do Chipre, de origem grega, é de US\$ 21.000, com taxa de crescimento de 1% ao ano e uma expectativa de vida de 77,82 anos. Sua taxa de desemprego é inferior a 4%.

A ilha é um dos centros do transporte marítimo internacional, assim como ponto de encontro entre as culturas grega, de origem cristã, e turca, de origem muçulmana, o que acabou provocando conflitos entre as comunidades Greco - cipriota, com 96% da população de origem grega, ocupando a metade sul da ilha, e turco—cipriota, tendo 99% da população, de origem muçulmana, a ocupar a metade norte.

Ao longo de sua história, a ilha de Chipre foi dominada por assírios, egípcios e persas. Foi incorporada ao Império Romano em 58 a. C. e, ao Império Bizantino, no ano 395. Em 1.191, foi invadida por Ricardo I, da Inglaterra, tornando-se base para as Cruzados. Entre os séculos XIII e XVI, ficou sob o domínio das cidades italianas de Gênova e Veneza, que fizeram da ilha uma base para o comércio com o Oriente. Em 1571, foi conquistada pelo Império Turco-Otomano. A aliança turco—alemã, na I Guerra Mundial, foi o estopim para a invasão da ilha pelo Reino Unido, do qual passou a ser colônia, em 1925.

Nesse interregno, foram, também, procurar abrigo, em Chipre, onde tinham alguns bens, os remanescentes das ordens religiosas de caráter militar, que entraram na história sob a denominação de templários e hospitalários, após a derrota do reino latino criado pelos Cruzados na Terra Santa, e a consequente captura de Jerusalém, o que acarretou, para essas ordens, a perda de todos os bens que tinham na Ásia. Chipre, assim, passou a ser o seu refúgio, inclusive no período em que essas ordens foram banidas pelo Papa Clemente V e seus integrantes acusados de hereges, por pressão de Felipe IV, da França, passando a ser perseguidos pela inquisição. Na ocasião, refugiou-se também em Chipre o Patriarca latino de Jerusalém, que se transferiu posteriormente a Roma, em outro contexto papal, quando da conquista de Chipre pelos turco-otomanos.

Chipre tornou-se um país independente em 16 de agosto de1960, na oportunidade em que, tanto Greco - cipriotas (cristãos), quanto turco cipriotas (muçulmanos), concordaram com os termos de uma constituição, que excluía tanto a possibilidade de fusão com a Grécia, quanto a divisão da região.

Tornou-se o primeiro presidente eleito da ilha o arcebispo Makarios, deposto em 15 de julho de 1974, por um golpe militar. Na semana seguinte, houve nova invasão da região pela Turquia, a pretexto de proteger a população turca local.

Essas contínuas divergências ideológico-religiosas, mais territoriais do que ideológicas ou religiosas, acarretaram uma divisão política da ilha, uma área grega, ao sul, outra turca, ao norte: "Chipre é uma ilha de contrastes. As porções sul (grega) e norte (turca) têm governo, idioma, moeda e religião majoritárias diferentes. Mas o principal abismo é econômico. O PIB per capita do sul é o triplo do registrado no norte".

Esforços da Organização das Nações Unidas pela reunificação da ilha revelaram-se infrutíferos: no referendo realizado em abril de 2004, o plano de reunificação, patrocinado pela ONU, foi maciçamente rejeitado do lado cipriota-grego, enquanto aprovado, do lado turco. Em maio de 2004, apenas a porção Greco - cipriota da ilha foi aceita na União Européia. Por outro lado, nas eleições presidenciais realizadas em 2010, o candidato favorável à independência turco-cipriota, ou seja, à constituição de uma nação independente, na parte norte da ilha, venceu o pleito, com pouco mais de 50% dos votos.

A capital das duas metades cipriotas, Nicósia, situa-se na chamada linha verde da ilha, patrulhada por tropas da Organização das Nações Unidas.

O conflito contínuo entre greco e turco-cipriotas não parece estar próximo do seu fim, muito embora, em abril de 2008, as barreiras à travessia da Rua Ledra, em Nicósia, que estabelece o marco limítrofe entre os dois lados, tenham sido derrubadas, abrindo-se essa passagem, fato, esse, de grande importância simbólica na busca da reunificação, muito embora passos seguintes não tenham sido dados ou se tenham revelado infrutíferos.

Deve-se ressaltar que a questão cipriota é um dos maiores entraves políticos hoje existentes para o ingresso da Turquia na União Européia.

Nesse desafiador cadinho de contrastes, muito espaço há para o diálogo e a diplomacia parlamentares.

A tradição conciliadora brasileira, cujas linhas e diretrizes diplomáticas foram tão bem calçadas pelas lições inspiradoras do Barão de Rio Branco, assim como a capacidade de conviver pacificamente com as mais variadas etnias e religiões, poderá, certamente, ser inspiradora. Ademais, na troca de experiências, todos teremos, certamente, muito a aprender.

Confiamos, assim, na sensibilidade dos Nobres Pares para a criação de mais esse importante instrumento de cooperação, intercâmbio e diplomacia parlamentar.

Sala das Sessões, em

de

2011.

Deputado CLEBER VERDE - PRB/MA